



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

ANO XIV - Nº 60

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 1959

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Sessões conjuntas convocadas para apreciação de vetos presidenciais

Dias 2, 4 e 9 de junho de 1959:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.663-58, na Câmara, e nº 220, de 1958, no Senado, que altera a legislação do imposto de Consumo e dá outras providências, sendo apreciados:

no dia 2 de junho, às 21 horas:

os itens 29, 36 e 37 da Alteração 1ª (totalidade);

no dia 4 de junho, às 21 horas:

o item 1º da Alteração 10ª (palavras vetadas);

o item IV da Alteração 13ª (artigo vetado);

a Alteração 15ª (dispositivo vetado);

no dia 9 de junho, às 14 horas:

o parágrafo único do art. 4º (totalidade);

o inciso 6º da alínea IX (palavras vetadas);

o inciso 2º da alínea XV (partes vetadas)

Dia 11 de junho de 1959, às 21 horas:

1 - Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.116-56, na Câmara, e nº 193-58, no Senado, que altera disposições da Lei nº 2.651, de 1-12-1955, que regula as promoções dos oficiais do Exército e dá outras providências;

2 - Veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.740-56, na Câmara, e nº 225-56, no Senado, que revoga o Decreto-lei nº 4.627, de 27-8-1942, que dispõe sobre importação de petróleo e seus derivados;

3 - Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.195-57, na Câmara, e nº 190-58, no Senado, que dispõe sobre o pagamento de subvenções orçamentárias concedidas à conta do Fundo Nacional do Ensino Médio.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REUNIÕES MARCADAS PARA HOJE, QUARTA-FEIRA,
DIA 27 DE MAIO DE 1959

Comissões Permanentes

- I - De Constituição e Justiça — Turma "B", às 15 horas e 30 minutos, na Sala Afrânio de Melo Franco.
- II - De Educação e Cultura, às 14 horas e 30 minutos, na Sala Carlos Peixoto Filho.
- III - Legislação Social, às 15 horas e 30 minutos, na Sala Sabino Barroso.
- IV - De Orçamento e Fiscalização Financeira — Comissão Plena, às 15 horas e 30 minutos, na Sala Antônio Carlos.
- V - De Saúde, às 15 horas e 30 minutos, na Sala Bueno Brandão.
- VI - De Serviço Público, convocação extraordinária, às 14 horas, na Sala Bueno Brandão.

Comissão Especial

Da Bacia do São Francisco, às 15 horas, na Sala Paulo de Frontin.

Oradores inscritos para a Sessão de hoje, Quarta-feira, dia 27 de maio de 1959.

PEQUENO EXPEDIENTE

Milvernes Lima.
Mario Bene.
Amaral Furlan.
Pacheco Chaves.
Oliveira Franco.
Alotzio Nonó.
Valério Magalhães.
Hamilton Prado.

Milton Brandão.
Benoir Vargas.
Celso Brant.
Afonso Celso.
Yukishique Tamura.
Humberto Lúccena.
Emival Casado.
Humberto Jobbi.
Bocayuva Cunha.
Rezende Monteiro.
Alfredo Nasser.
Chagas Freitas.
Dirceu Cardoso (14).
Aluísio Alfonso (14).

Último de Carvalho (20).
Cláudio Freitas (21).
Maurício Teixeira (22).
Luiz Bronzeado (22).
Waldir Pires (22).
Gastro Costa (25).
Lustosa Sobrinho (25).
Luiz Francisco (26).
Curvejo D'Agostino (26).
Aharão Moura (26).
Breno da Silveira (26).

GRANDE EXPEDIENTE.

Cid Carvalho, em caráter preferencial.
7. Leixias Dória.
8. Dyrno Pires.
9. Gerardo de Carvalho.
10. Paulo de Tarso.
11. Aureno Vianna.
12. Mário Beni.
13. Ney Braga.
14. Arnaldo Cerdeira.
15. Pereira da Silva.
16. Neiva Moreira.
17. Nicolau Fuma.
18. Abraão Moura.
19. Souza Leão.
20. Abel Rafael.
21. Daniel Paraco.
22. Mário Martins.
23. Arno Arnt.
24. Mezeiros Netto.
25. Osvaldo Zanello.
26. Ferro Costa.
27. Manoel de Almeida.
28. Larcino Maia.
29. Pacneco Chaves.

30. Renato Archer.
31. Henrique La Roque.
32. Último de Carvalho.
33. Clemens Sampaio.
34. Oscar Correa.
35. Dirceu Cardoso.
36. Plínio Saigado.
37. Arthur Virgílio.
38. Amara Furlan.
39. Carmelo D'Agostino.
40. Valério Magalhães.
41. Aroldo Carvalho.
42. Elias Adame.
43. Miguel Leuzza.
44. Nelson Carneiro.
45. Celso Brant.
46. Cid Carvalho.
47. Osmar Cunha.
48. San Diego Dantas.
49. Bezerra Leite.
50. Costa Lima.
51. Edison Favora.
52. Luiz Francisco.
53. Silva Prado.
54. Henrique Turner.
55. Domingos Vellasco.
56. Elho Ramos.
57. Nestor José.
58. José Sarnay.
59. Ferreira Martins.
60. Giorgio Alves.
61. Pissos Porto.
62. Raul Pilla.
63. Sylvio Braga.
64. Derville Allegretti.
65. Cracy de Oliveira.
66. Lourival Baptista.
67. Carlos Gomes.

Realmente sabemos que a orientação do ensino técnico-industrial vem sendo falha, porque a omissão do Ministério da Educação possibilitou a atuação patronal do SENAI que hoje dá o melhor atendimento a esse ensino, no nosso País. Há, então, um relaxamento do Ministério da Educação, que precisa ser sanado. Por isso, os estudantes das Escolas Técnicas Industriais, como também da Faculdade de Ciências Médicas, têm o nosso aplauso e a nossa solidariedade. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Francisco, por cessão do nobre Deputado Ramon de Oliveira.

O SR. LUIZ FRANCISCO:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Correio da Manhã, na edição de hoje, dá notícia de um incidente que teria ocorrido na Escola Superior de Guerra entre o nobre Deputado Aurélio Vianna e o Comandante daquela Escola, o General Heskett-Hall.

A notícia está vazada nos seguintes termos:

"INCIDENTE NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA"

Registrou-se ontem um incidente entre o deputado Aurélio Vianna (PEB-Atagoas) e o general Heskett-Hall, comandante da Escola Superior de Guerra, por ocasião da conferência que ali foi feita pelo ministro João Augusto de Araújo Castro, chefe da Divisão Política do Itamarati.

A sessão foi considerada "altamente confidencial". Todas as portas e janelas do salão foram fechadas e a conferência decorreu a respeito da matéria que lhe foi atribuída.

Terminada a exposição, o sr. Aurélio Vianna, que como parlamentar está cursando aquele estabelecimento, indagou do senhor Araújo Castro o que podia ser entendido por "altamente confidencial", pois acabara de ouvir revelações que o deprimiam como brasileiro, estando presente um oficial superior estrangeiro.

O chefe da Divisão Política do Itamarati não chegou a responder uma vez que o general Heskett-Hall, em tom irritado, interteriu para declarar que o coronel Miller era funcionário da Escola Superior de Guerra e seu convidado.

Ponderou, então, o sr. Aurélio Vianna, que não era antiamericano apreciava e admirava, inclusive o povo americano. Entretanto, não podia compreender que um oficial superior de um país estrangeiro pudesse assistir a uma conferência que era vedada aos nacionais, ainda mais com a agravante do assunto que havia sido tratado, pois era da obrigação desse militar revelar o que ouvira aos seus superiores.

Insistiu o general Heskett-Hall na tese de que o oficial norte-americano era seu convidado e que poderia assistir a quantas conferências "altamente confidenciais" quisesse.

Diante disso, o sr. Aurélio Vianna informou ao comandante da Escola Superior de Guerra que lá não voltaria enquanto as conferências "altamente confidenciais" forem assistidas por militares estrangeiros, sejam de quaisquer nações forem. Retirou o distributivo da lapela, devolvendo-o ao colega militar.

Sr. Presidente, é de suma gravidade o fato que o Correio da Manhã traz a público em sua edição de hoje. Ignoro o assunto dessa conferência "altamente confidencial" pronunciada pelo Diretor da Divisão Política do

Itamarati. Conhecemos, no entanto, o nobre Deputado Aurélio Vianna, através do seu trabalho profícuo nesta Casa, onde se tem demonstrado um dos mais lídicos representantes da Nação Brasileira.

Não podemos concordar também com a resposta descortês e simplista que lhe deu o Comandante da Escola Superior de Guerra, o General Heskett-Hall.

Sr. Presidente, o Deputado Aurélio Vianna, que vem cursando a Escola Superior de Guerra como um dos representantes do Parlamento brasileiro, merecia mais atenção do Comandante da Escola Superior de Guerra. O General Heskett-Hall não lhe podia dar apenas uma resposta simplista; tinha o dever de fornecer a S. Ex.^a explicações sobre os motivos pelos quais permitira o comparecimento a uma conferência altamente confidencial de um militar estrangeiro.

O Sr. Mendes de Moraes — Senhor Deputado, eu me solidarizo com o Deputado Aurélio Vianna. *(Palmas)*.

O SR. LUIZ FRANCISCO — Agradeço a V. Ex.^a.

Sr. Presidente, sugiro que a Mesa da Câmara dos Deputados entre entendimentos com a Escola Superior de Guerra, a fim de que sejam dadas maiores explicações ao nobre Deputado Aurélio Vianna e seja evitada a repetição de tais incidentes. *(Muito bem; muito bem)*.

O SR. DEPUTADO BENJAMIN FARAH, PROFERE DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE

O SR. PRESIDENTE:

(Neiva Moreira — 2º Secretário) — Por cessão do Sr. Deputado Ceiso Brant, tem a palavra o nobre Deputado Josué de Castro:

O SR. JOSUÉ DE CASTRO:

(Lê a seguinte comunicação) — Senhor Presidente, telegramas de Recife noticiam o falecimento naquela cidade do grande jornalista Mário Melo, veneranda figura da imprensa, decano dos jornalistas de Pernambuco.

Como representante do povo pernambucano nesta Casa, desejo fazer significar aos meus ilustres pares o que representa a perda deste ilustre jornalista para o patrimônio cultural e moral da minha terra. Faleceu Mário Melo com 70 anos de idade, tendo durante mais de meio século militado ativamente na imprensa pernambucana, projetando-se o seu nome pelo Brasil inteiro.

Deis traços marcantes caracterizavam a personalidade deste ilustre nordestino: sua independência moral e sua integridade profissional. Foi um desses espíritos tocados pela fiação de uma rebeldia congênita que sempre se manteve até o fim de sua vida, escrivão e avesso aos conchavos, aos oportunismos, às concessões subalternas de qualquer natureza.

Nunca houve conveniências ou interesses que fizessem cair as suas convicções. Também nunca a sua probidade profissional fez qualquer concessão aos interesses pessoais. Nunca usou a sua pena o seu talento e o seu prestígio para obter vantagens de qualquer ordem. Estas qualidades, Senhor Presidente, numa época como a nossa de tanto conformismo, oportunismo e concessão, constituem marca dignificante para uma vida, para toda uma vida dedicada à imprensa a serviço de uma ideal. O ideal de Mário Melo foi exatamente servir ao povo de sua terra, usando na defesa de seu patrimônio cultural, político e moral, uma arma potente, a sua pena que nunca se contaminara na lama do oportunismo.

E pela perda deste grande jornalista e grande homem que sempre

soubesse dignificar a sua profissão que venho solicitar seja inserido nos Anais da Câmara um voto de profundo pesar. *(Muito bem; muito bem. O orador é abraçado)*.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. João Menezes, por cessão do Sr. Humberto Lucena.

O SR. JOÃO MENEZES:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, há muito, venho lutando para obter o andamento do projeto de lei que altera a legislação referente ao imposto de vendas e consignações, modificando naturalmente a forma tributária vigente em todo o território nacional quanto ao referido imposto.

A proposição dorme, há longos meses, o sono da inocência na Comissão de Finanças desta Casa. Tudo temos feito para conseguir sua rápida tramitação, mas sempre uma coisa ou outra impede que a mesma chegue ao plenário. Apesar disso, temos recebido manifestação de todos os quadros do País em referência a essa medida. Hoje mesmo, recebi de nosso ex-colega Deputado Aliomar Baleeiro, atualmente no exercício da função de Secretário da Fazenda na Bahia, telegrama vazado nos seguintes termos:

"Mais que nunca seu projeto imposto vendas precisa ter andamento sobretudo parte supressiva malfezera transferência isenta de mercadorias para formação estoque noutro estado que assim fica prejudicado pt. Manda-me por favor aviso com pareceres — abraços afetuosos Aliomar Baleeiro Secretário Fazenda".

Como vê V. Ex.^a, Sr. Presidente, esse projeto de lei que está tendo seu curso atrapalhado nesta Casa visa acabar com a irregularidade tremenda que constitui o estabelecimento de estoques nos demais Estados da Federação Brasileira. *(Muito bem)*.

O SR. MOACYR DE AZEVEDO:

(Para uma comunicação) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, estou encaminhando ao Ministério da Agricultura, através da Cesa da Câmara, o seguinte requerimento de informações:

"Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

O Deputado infra assinado vem, nos termos regimentais, requerer a V. Ex.^a sejam solicitadas à Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, através do Ministério da Agricultura, as seguintes informações:

1º Tendo sido concedida ao Governo do Estado de São Paulo autorização para construir uma usina hidrelétrica em Caraguatubá, com águas dos rios Paraíba e Paraitinga, formadores do rio Paraíba, a serem transportadas para a vertente do Atlântico, por força do Decreto nº 34.948, de 18 de janeiro de 1954, pergunta-se:

a) Foram apresentados pelo Governo de São Paulo os projetos para a construção da Usina, dentro do prazo previsto no item III do art. 3º daquele Decreto, ou das prorrogações concedidas pelas portarias 136 de 8-2-55 e 978 de 17-9-57?

b) Aquela concessão permanece de pé ou caiu em caducidade?

2º Já foram iniciadas as construções das barragens do rio Jaguarí e rio Buquirá, afluentes do Paraíba, necessárias a regularização do curso do rio Paraíba? Em caso positivo quando devem ser concluídas?

3º Já foi concluída pela Companhia Carris, Luz e Força do Rio

de Janeiro Ltda. a construção da barragem do rio Paraíba em Santa Branca? Em caso negativo quando deverá ser concluída essa construção?

4º Já foi iniciada a construção das barragens dos rios Paraíba e Paraitinga, formadores do rio Paraíba?

5º Em que fase se encontra a organização da empresa de economia mista destinada a barragem do Funil, no município de Resende, necessária a regularização do curso do rio Paraíba? Qual o potencial hidrelétrico a ser obtido com o aproveitamento dessa barragem?

Pede deferimento
Palácio Tiradentes, 26 de maio de 1959. — Moacyr Gomes de Azevedo.

Sr. Presidente, são essas as informações que solicito ao Ministério da Agricultura, porque o Estado do Rio precisa ter conhecimento real e oficial da situação da Usina de Caraguatubá, uma vez que já se tem declarado que caiu em caducidade a concessão para que fosse construída aquela usina hidrelétrica, pelo Governo do Estado do São Paulo.

Participei, Sr. Presidente, em novembro de 1957, de concluída, realizada na Paulicéia, ao qual estiveram presentes vários elementos da União Interparlamentar, a fim de debater o problema da construção da Hidrelétrica de Caraguatubá. Naquela oportunidade, ouvi de representantes do Governo do Estado de São Paulo, inclusive de seu Secretário de Viação e Obras Públicas, que não interessava ao Estado líder da Federação a construção dessa Usina em prejuízo dos interesses do Estado do Rio. Só se levaria avante sua construção, quando pudesse ser feita sem causar prejuízos aos demais usuários do curso do Rio Paraíba. Tive, então, o ensejo de focalizar o assunto, demonstrando que a construção da Usina era altamente prejudicial aos interesses não só do Estado do Rio, como do próprio Estado de São Paulo e dos habitantes das margens daquele curso d'água, sem que tivessem sido anteriormente construídas as barragens necessárias ao represamento do rio para se obter água suficiente à regularização de seu curso. Essas barragens, de Santa Branca, do rio Jaguarí e do rio Buquirá e ainda do Paraitinga e do Paraíba, são indispensáveis a que o rio possa ter normalizado o seu curso. Ainda a barragem do Funil, que deverá proporcionar à região centro-sul um potencial de 210 mil quilowatts, deverá ser construída, trazendo grandes benefícios ao Estado e a todos os habitantes das margens ou do vale do Paraíba.

Por isso, Sr. Presidente, solicito essas informações, indispensáveis ao perfeito conhecimento do assunto.

Virei ainda brevemente, numa ocasião que possa receber aparte de meus ilustres colegas, ventilá-la essa matéria de tão grande atualidade e que deve ser focalizada, porquanto a construção daquela hidrelétrica, sem que previamente tenham sido feitas as barragens indispensáveis, será grande mal, um perigo para a economia fluminense.

Es por que desejo saber se essas barragens estão ou não em vias de construção, e se a de Santa Branca, que estava em andamento, está ou não sendo concluída. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE:

(Neiva Moreira, 2º Secretário) — Tem a palavra o Sr. Deputado Carmelo D'Agostino, por cessão do Senhor Deputado Oliveira Franco.

O SR. CARMELO D'AGOSTINO:

(Lê a seguinte comunicação) — Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Há dias foi-nos dado assistir, em São Paulo, pelo video do Canal 3,